

Presença de negros e índios na universidade

Curso	Porcentagem
História	10,5%
Pedagogia	6,9%
Letras	6,8%
Engenharia Civil	2,6%
Arquitetura	2,3%
Medicina	1,4%
Odontologia	1,3%



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Vinte e dois projetos garantem cotas para negros, índios e deficientes

O governo anunciou que enviará projeto de lei, e não MP, sobre cotas para negros em universidade. No Congresso, há 22 propostas que tratam do tema

Página 5

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.911 – Brasília, segunda-feira, 12 de abril de 2004

Tebet apresenta esta semana proposta para Lei de Falências

A Comissão de Assuntos Econômicos deve conhecer esta semana o relatório de Ramez Tebet sobre o projeto que institui a nova Lei de Falências, chamada pelo senador de Lei de Recuperação das Empresas. O eixo do texto, diz Tebet, é no sentido de evitar a falência de empresa em dificuldades

Página 3

Quatro MPs ainda trancam a pauta do Senado

Para destrancar a pauta e votar a reforma do Judiciário, o Plenário precisa votar quatro medidas provisórias (MPs). Entre elas, está a que proíbe os bingos e as máquinas caça-níqueis.

Página 3



Custódio Coimbra/O Globo

Comissão ouve ex-chefe do FBI no Brasil

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ouve amanhã Carlos Alberto Costa, ex-chefe do FBI no Brasil. Ele falará sobre denúncia de grampo, pelo FBI, contra o governo brasileiro.

Página 2

MATA ATLÂNTICA

Após encontro com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o senador César Borges anunciou que apresentará esta semana relatório sobre o projeto de lei que protege o que restou da Mata Atlântica. A intenção é votar logo a proposta.

Página 3



Celso Amorim

BENEFÍCIO Cristovam sugere crédito para incentivar a permanência na escola

Cristovam propõe fundo para estímulo à educação

Estudantes carentes beneficiados pelo programa Bolsa-Família poderão receber novo estímulo para concluir o primeiro e o segundo graus. Trata-se da Poupança-Escola, prevista em projeto do senador Cristovam Buarque (PT-DF), que será analisado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE).

De acordo com a proposta, será efetuado anualmente crédito, de valor a ser definido pelo Executivo, aos beneficiários do programa no Fundo de Investimento na Educação Básica, em cota individualizada e nominal. O interessado deverá comprovar seu aproveitamento na série cursada e a garantia de sua matrícula na série seguinte.

– A proposta prevê a criação de um fundo para financiar programa que incentive a permanência das crianças na escola, por meio da expectativa do recebimento futuro de valor a ser depositado em nome do beneficiário que completar os níveis de ensino fundamental e médio – explica Cristovam.

Ex-chefe do FBI depõe amanhã no Senado

■ Carlos Alberto Costa falará aos senadores da CRE e da Comissão Mista de Controle de Inteligência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em conjunto com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, toma amanhã, às 18h, o depoimento de Carlos Alberto Costa. Ele é ex-chefe, no Brasil, do FBI, a polícia federal norte-americana.

Costa falará sobre a entrevista que deu em março ao jorna-

lista Bob Fernandes, da revista *Carta Capital*, em que admite que os serviços de inteligência dos Estados Unidos teriam grampeado o Palácio da Alvorada e o Itamaraty. Costa afirma também que a Polícia Federal brasileira teria sido “comprada” pelos norte-americanos e que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) “se prostituiu”, pedindo dinheiro a outros países.

Na quarta-feira, as duas comissões, que são presididas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ouvem, às 10h, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e o ministro do Gabinete de Seguran-

ça Institucional, general Jorge Armando Félix.

Na semana passada, os dois colegiados ouviram, em reunião reservada, o depoimento de um brasileiro ex-colaborador do DEA, o departamento norte-americano de combate às drogas. A portas fechadas, “senhor Maurício”, que não quer ser identificado publicamente, reconheceu que acompanhava, no Brasil, o envio de cocaína para os Estados Unidos, e que o DEA subornava a polícia brasileira para que não interferisse. Ele disse também ter recebido ordens para assassinar o traficante de drogas Luiz Fernando da Costa, o Fernando Beira-Mar.



Waldemir Rodrigues

ACORDOS País tem cumprido todos os tratados sobre energia nuclear, ressalta Suplicy

País não deve aceitar pressão dos EUA, afirma Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou seu apoio às posições assumidas pelo governo, mais especificamente pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em não aceitar as pressões do governo dos Estados Unidos para que o Brasil assinasse aditivo ao Acordo de Não Proliferação de Armas Nucleares. Para ele, não é admissível que o governo norte-americano pressione o país, que tem sempre utilizado a energia nuclear para fins pacíficos.

Suplicy lembrou que o Brasil tem cumprido todos os compromissos do referido tratado, mas não irá abrir mão dos conhecimentos técnicos sobre o desenvolvimento do urânio. O senador observou que, embora os Estados Unidos pressionem para saber tudo o que acontece em termos de energia nuclear no mundo, eles próprios não revelam suas pesquisas no setor, especialmente aquelas que têm fins bélicos.

– Não houve por parte dos Estados Unidos a destruição de suas armas nucleares, e hoje eles estão exigindo do Brasil um compromisso que nosso país não assinou – protestou o senador.

Concordância

Suplicy disse que senadores e deputados, inclusive os de oposição, também têm manifestado concordância e solidariedade com as atitudes do ministro das Relações Exteriores e do ministro da Defesa, José Viegas Filho. Ele informou que a comissão que preside, de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), vai formular convite ao ministro Celso Amorim para que ele possa detalhar o assunto e explicar se existe a intenção do governo de assinar qualquer acordo adicional relacionado ao tratado de não proliferação de armas nucleares.

Agenda

Proposta que proíbe bingos pode ser votada amanhã

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, será não deliberativa. Ela é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares e aos comunicados da Mesa, sem a votação de matérias. Amanhã, os senadores

retomam o exame das medidas provisórias que trancam a pauta de votações. Entre os textos a serem analisados está a proposta que proíbe o bingo no Brasil (PLV 22/04).



Guido Mantega participa de audiência na CMO

Estão previstas duas reuniões da Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta semana. Amanhã, às 14h30, os parlamentares devem votar os destaques ao relatório do Plano Plurianual 2004-2007. Na quinta-feira, às 10h, a comissão ouve o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que fala sobre o contingenciamento de recursos do orçamento.

Venda da Embratel à Telmex

A venda da Embratel à empresa Telmex será tema de audiência pública na Comissão de Educação (CE), que se reúne amanhã às 10h, e na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), na quarta-feira, também às 10h.

Exposição sobre cartografia

Será realizada nesta quarta-feira, às 19h30, a abertura da exposição “O Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil”, no Salão Negro do Congresso. As peças fazem parte do acervo do Instituto Cultural Banco Santos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

MEIO AMBIENTE



Jone de Araújo

ARGUMENTOS César Borges, Marina Silva e Aloizio Mercadante concordam em que a matéria deve ir a Plenário o mais cedo possível

Projeto da Mata Atlântica deve ser votado em maio

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), recebeu na manhã da última quarta-feira, em seu gabinete, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o senador César Borges (PFL-BA), para discutir o projeto de lei que disciplina o uso e a proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica. César Borges, que é o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), anunciou que vai apresentar texto para discussão com as lideranças nesta semana, a fim de que a proposta possa ser aprovada o mais rapidamente possível.

– Não há, por parte de ninguém, o desejo que se pro-

crastine a entrada em vigor dessa legislação – afirmou César Borges.

Mercadante avaliou que existe disposição de se fazer um projeto de comum acordo, que possa ser aprovado ainda este mês e promulgado no dia 27 de maio, Dia Nacional da Mata Atlântica.

– A ministra apresentou argumentos que demonstram que essa é uma lei imprescindível, pois somente 7% da Mata Atlântica original estão preservados. São 504 anos de espera – disse Mercadante.

Marina Silva se colocou à disposição para tirar as dúvidas dos parlamentares sobre a proposta.

Polêmica fica por conta das indenizações a proprietários

O principal ponto de negociação do projeto de lei que protege a vegetação nativa da Mata Atlântica é o artigo 46, que prevê direito a indenização aos proprietários de imóveis rurais “no caso em que as vedações e limitações estabelecidas na lei afetarem a potencialidade econômica”.

O relator da matéria na CCJ, senador César Borges, reconhece a importância dessa discussão, por considerar que não se pode criar uma indústria de indenizações, prejudicando os governos federal, estaduais e municipais.

– Mas também não se pode permitir que fiquem desprotegidos aqueles que hoje têm uma atividade lícita, e que vai deixar de existir com a aprovação da lei. Serão preservados os direitos existentes que não poderão ser prejudicados. Esse é um dos pontos que merecem

um debate mais aprofundado, e faremos isso até a próxima semana – anunciou o relator.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acha que, se a proposta mantiver a possibilidade de indenizações por atividades que podem ser potencialmente desenvolvidas, o Estado será alvo de infinitos pedidos de indenização.

– O desenvolvimento não pode se dar às expensas do que ainda resta da Mata Atlântica. Isso precisa ser debelado da nossa discussão – declarou Marina, depois de se reunir com César Borges e o senador Aloizio Mercadante.

A ministra garantiu que a intenção do governo é a de que a lei não afete as áreas convertidas, que já desenvolvam atividades legais e produtivas, protegendo as áreas de mata primária ou em fase de regeneração.

Tebet apresenta relatório sobre a Lei de Falências

■ Senador propõe novos mecanismos de recuperação de empresas e proteção aos assalariados

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) vai apresentar esta semana à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o seu relatório sobre a nova Lei de Falências, que irá substituir a atual legislação, que é de 1945. Tebet, que também é o presidente da CAE, prefere que a futura lei seja chamada de Lei de Recuperação das Empresas, em vez de Lei de Falências, já que o eixo central do projeto é justamente evitar a falência e a liquidação extrajudicial de empresas em dificuldades.

O texto em exame pelo senador foi enviado ao Congresso em 1993 pelo então presidente Itamar Franco, e passou dez anos na Câmara dos Deputados, chegando ao Senado no ano passado. Uma das principais novidades é a substituição da figura da concordata por mecanismos modernos, como a recuperação judicial e extra-



ACORDOS Tebet sugere diversos meios para empresas pagarem suas dívidas

judicial de empresas, que visam permitir acordos entre credores e devedor para viabilizar a sobrevivência da organização.

Outra novidade é a criação do comitê de recuperação, a ser formado por representantes de empregados, dos credores e da direção da empresa. A recuperação extrajudicial prevê que o empresário em situação de insolvência deverá apresentar aos credores, excluídos os empregados e o fisco, proposta viável de recuperação, a ser homologada pelo

Judiciário. A recuperação judicial prevê que o devedor apresente ao Judiciário, diretamente, proposta de recuperação que, por determinação do juiz, será levada a uma assembléia geral de credores, que pode aprová-la, rejeitá-la ou apresentar alternativa.

Os mecanismos de recuperação de uma empresa em dificuldade incluem concessão de prazos e condições especiais de pagamento de dívidas, cisões, incorporações, fusões, transformações de sociedade, cessão de cotas ou ações, aumento de capital social e outras proposições.





Os salários terão preferência na ordem de recebimento. O objetivo é impedir que os diretores e executivos assalariados sejam beneficiados, em detrimento de funcionários de menor vencimento. Tebet também não vai permitir que as dívidas com o sistema financeiro tenham preferência para quitação junto com os débitos trabalhistas.

Plenário precisa examinar quatro MPs

Mesmo tendo votado 16 medidas provisórias (MPs) desde que começou o semestre legislativo, em 15 de fevereiro, o Plenário do Senado ainda tem de decidir sobre outras quatro para destrancar a pauta de votações de projetos comuns e de emendas constitucionais. Das quatro MPs, o destaque é a 168/04, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 19 de fevereiro e que proibiu em todo o país os jogos de bingos e o funcionamento público de máquinas caça-níqueis.

Antes de apreciar a MP dos bingos, os senadores têm que votar as outras três medidas provisórias que estão trancando a pauta. Só depois de examinar as quatro MPs, os parlamentares, finalmente, depois de dois meses, poderão começar o debate e a votação em Plenário de vários projetos importantes, entre eles a reforma do Judiciário.

Desde o encerramento da convocação extraordinária, no

MPs que ainda estão trancando a pauta de votação do Plenário	
	MP 163/04, mudada pelo PLV 20/04 – altera a organização da Presidência da República, criando a Secretaria de Coordenação Política
	MP 164/04 alterada pelo PLV 21/04 – institui a cobrança do PIS-Pasep (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre bens e serviços importados
	MP 165/04, alterada pelo PLV 23/04 – dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e as entidades executivas dos Comitês de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas
	MP 168/04, que está sendo modificada pelo PLV 22/04 – proíbe os bingos e caça-níqueis no Brasil

recesso parlamentar, além das 16 MPs, os senadores apreciaram de forma terminativa, nas comissões, dez projetos, os quais foram enviados diretamente ao exame dos deputados.

No início do ano legislativo, foram realizadas 14 sessões deliberativas do Plenário e outras nove não deliberativas, destinadas a discursos e comunicações. Isso significa que os senadores votaram mais de uma MP por sessão deliberativa neste começo de ano. Algumas delas, como as alterações no Estatuto do Desarma-

mento, exigiram vários dias de negociações.

Apesar de limitado pelas medidas provisórias assinadas pelo presidente Lula, o Plenário do Senado viveu os seus debates mais intensos desde o começo do atual governo. As denúncias contra o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz e a discussão sobre a CPI dos Bingos colocaram o Senado nas manchetes da imprensa. Como resultado, diversas vezes as oposições obstruíram as votações, em protesto contra os caminhos tomados pelo governo.

Raupp destaca importância do projeto de parceria público-privada

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou a importância do projeto que estabelece normas legais para as parcerias público-privadas (PPP), que está em tramitação no Senado. Ele considerou a proposta a única solução viável para a falta de investimentos federais em áreas relevantes da economia como rodovias, ferrovias, energia elétrica e portos.

– Não existe salvação para o governo Lula sem crescimento econômico – disse o senador, ressaltando que o projeto de parceria público-privada representará a moldura da sociedade brasileira no século 21.

Para embasar, com firmeza, as parcerias público-privadas, o país terá que fazer um conjunto de escolhas para servirem de referência ao projeto de sociedade que se deseja para o futuro do Brasil, afirmou Raupp. O senador citou, entre elas, a matriz modal de transportes terrestres e aquaviários, a matriz de telecomunicações e o arcabouço urbanístico que a população deseja: megalópoles ao estilo norte-americano ou cidades menores nos moldes europeus. Ele frisou que essas são escolhas de fundo que nortearão a construção das parcerias.

– Sem elas, o Brasil continuará agindo à base de impulsos ou de pressões de momento que produzem instabilidade e fuga dos investimentos.



Moreira Mariz

Delcídio propõe seminário no Senado sobre uso da água



Roosevelt Finheiro

Delcídio Amaral (PT-MS) cumprimentou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por sua atuação na preservação dos valores do cristianismo e em especial pela escolha do tema da campanha da fraternidade deste ano: “Água, fonte de vida”. Ao lamentar que o acesso à água tem sido direito de poucos, disse que encaminhou requerimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) propondo a realização, em junho, de seminário para debater o assunto.

Para o senador, a opção da CNBB demonstra sintonia com o sofrimento das pessoas mais humildes, já que a falta de acesso à água de boa qualidade é um dos principais problemas do mundo. Ele acrescentou que, no Brasil, há um paradoxo: apesar de o país possuir a maior reserva de água doce do mundo, milhões de pessoas não têm direito à água com um mínimo de qualidade. Lembrando que o sertão nordestino é a região mais atingida pela escassez de água, Delcídio Amaral destacou que a tecnologia e as técnicas de gestão já oferecem solução para esse problema. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o discurso de Delcídio.

Paulo Octávio aplaude decisão que permite à ANS despachar em Brasília

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) aplaudiu a decisão do presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, que, por resolução interna, estabeleceu autorização para que a direção do órgão possa despachar em Brasília. Segundo o senador, a resolução nada mais faz que antecipar os efeitos do Projeto de Lei 2.707/00, em tramitação na Câmara dos Deputados, que determina Brasília como sede e foro da ANS.

Paulo Octávio disse também ser necessário cobrar do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, deputado Maurício Rands (PT-PE), a agilização da tramitação do projeto que muda a sede da ANS do Rio de Janeiro para Brasília. O projeto está há quatro anos em exame pela Câmara, observou. O senador explicou que a proposta resultou de iniciativa da bancada do Distrito Federal, que conseguiu extrair compromisso do governo federal, subscrito por seus líderes e todas as lideranças partidárias, logo após a votação em janeiro de 2000 da Medida Provisória (MP) 1.928/99, que criou a ANS, de que seria mudada a sede da agência.



Roosevelt Finheiro

Jucá decide processar o Ministério Público

■ Senador protesta contra inclusão de seu nome em investigação sobre desvio de verbas no município de Cantá

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou na quarta-feira que irá mover ação contra o Ministério Público Federal (MPF) por ter tido seu nome incluído numa investigação sobre desvio de verbas federais destinadas a obras no município de Cantá (RR). O senador estava indignado com seu envolvimento em denúncias com as quais assegurou não ter qualquer ligação e afirmou que o MPF “não tem o direito de ser leviano e irresponsável nem de endossar denúncias eleitoreiras”.

Jucá declarou também que está elaborando uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para que ações contra o Ministério Público Federal não onerem a União, tendo seus eventuais custos cobertos pelo



José Cruz

DESABAFO “A desinformação vai levando até à execração pública”

orçamento do próprio órgão. Na PEC, o senador pretende estabelecer prazo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre esse tipo de investigação.

Na última terça-feira, conforme registrou, Jucá pediu ao ministro Marco Aurélio Mello, designado para relatar a investigação no STF, que seja conferida prioridade ao inquérito. E expressou seu desejo de que o assunto não tramite em segredo de Justiça.

– Não tenho nada a esconder. Isso é uma irresponsabilidade

e vou manifestar a Fonteles [Cláudio Fonteles, procurador-geral da República] minha indignação – disse Jucá.

De acordo com reportagem do jornal *O Globo* na segunda-feira, o Ministério Público Federal iria pedir abertura de inquérito contra o senador, atendendo a solicitação do Ministério Público de Roraima e tendo em vista fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). Jucá disse que o *Jornal de Brasília* chegou a publicar que ele havia sido denunciado por Cláudio Fonteles.

– A desinformação vai levando até à execração pública – comentou Romero Jucá. O senador estranhou a coincidência de a matéria ter sido publicada no mesmo dia em que o governador de Roraima, Flamarion Portella, do PT, foi denunciado por desvio de recursos de programas de eletrificação rural, entre outras irregularidades.

Tebet apela para que governo reduza medidas provisórias

O excessivo número de medidas provisórias (MP) que vêm sendo editadas pelo Executivo tem atrapalhado o andamento dos trabalhos do Legislativo. A observação foi feita pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem o componente mais grave desse quadro é o fato de muitas dessas medidas não preencherem os requisitos de urgência e relevância exigidos pela Constituição para serem editadas pelo presidente da República.

Tebet pediu ao Executivo que evite encaminhar ao Congresso MPs que não sejam extremamente necessárias.

O senador informou que o governo tem editado uma média de cinco medidas provisórias por mês, e a prática, frisou, acaba por sobrecarregar as pautas de deliberação das duas Casas Legislativas que não podem votar outras matérias enquanto não apreciarem as referidas medidas. Para ele, a culpa por essa situação não é apenas do Executivo, mas também dos membros do Legislativo que aceitam as MPs sem analisar se elas se referem a assuntos realmente urgentes e relevantes.

– Nesses momentos o Legislativo perde força. Nós estamos inteiramente na dependência do Executivo e isso enfraquece a instituição [o Congresso] e o próprio regime democrático.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) apoiou as preocupações de Tebet.

Garibaldi pede votação sobre número de vereadores



José Cruz

Garibaldi lembra que há projetos sobre o assunto

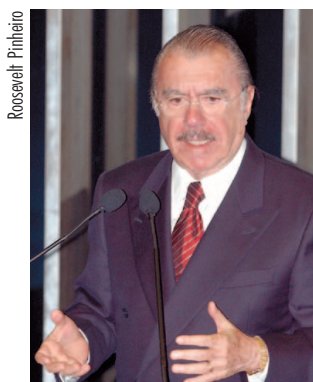
O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu urgência aos congressistas na deliberação sobre o número de vereadores que poderão ser eleitos no próximo pleito de outubro. Ele explicou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixou resolução reduzindo drasticamente a composição da maioria das câmaras municipais, mas abriu espaço para que o Congresso opine sobre o assunto, antes de uma decisão final.

Segundo Garibaldi, já existem projetos sobre o assunto tramitando no Senado e na Câmara. “Se não deliberarmos sobre o assunto com rapidez, poderemos ser responsabilizados, no futuro, pelo nocivo amesquinamento da representação popular de nossos municípios”, destacou.

Garibaldi contestou a veracidade da tese que norteou o TSE a diminuir o número de vereadores nos municípios brasileiros, segundo a qual a representação popular é excessivamente onerosa ao povo brasileiro. Para ele, não se pode medir a relevância de uma genuína representação política apenas analisando custos financeiros.

O senador afirmou que uma representação popular se justifica por si.

ACESSO À UNIVERSIDADE



JOSÉ SARNEY



SÉRGIO CABRAL



OSMAR DIAS



MOZARILDO CAVALCANTI



HÉLIO COSTA



EDUARDO S. CAMPOS

Projeto de lei definirá cotas para negros

■ Governo desiste de usar MP para resolver o problema. Projeto de Sarney de 1999 cria cota mínima de 20%

O governo decidiu que a política de cotas para negros nas instituições federais será proposta na forma de projeto de lei e não mais por medida provisória, como chegou a ser cogitado. No Congresso Nacional já existem 22 propostas sobre cotas, envolvendo não apenas a reserva de vagas para a população negra, mas também para deficientes, índios e populações carentes. Já em 1999, o atual presidente do Congresso Nacional, José Sarney, apresentou projeto de lei (nº 650/99) que cria cota mínima de 20% para negros no preenchimento de vagas nos concursos a cargos públicos, nas instituições

de ensino nos três níveis (federal, estadual e municipal) e nos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante (Fies).

No mês passado, o ministro da Educação, Tarso Genro, chegou a anunciar em audiência pública na Comissão de Educação que o sistema de cotas seria fixado pelo Executivo e que o objetivo era estabelecer regras gerais para as universidades. Depois, com base na autonomia das universidades, cada instituição estabelecerá uma cota para atender à demanda regional. Há duas semanas, o ministro anunciou que seria fixado um “índice médio” de 20% tanto para universidades públicas como privadas, mas na quinta-feira voltou atrás, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ficou decidido que o governo irá encaminhar a proposta para exame no Congresso Nacional na forma de projeto de lei. Além disso, o governo excluiu do sis-

tema de cotas as universidades particulares.

Desde que José Sarney elaborou o seu projeto sobre cotas, em 1999, outros parlamentares apresentaram proposições sobre o tema na Câmara e no Senado. O projeto de Sarney foi aprovado no Senado e depois incorporado na Câmara à proposta do Estatuto da Igualdade Racial, apresentado pelo então deputado Paulo Paim (PT-RS) e ainda em discussão.

Em defesa do sistema de cotas, José Sarney argumenta que os negros enfrentam “maiores dificuldades de acesso às escolas e de permanência nela” e que “seus índices de analfabetismo e de atraso escolar e reprovação são muito superiores em relação aos níveis da população classificada como branca”. Para o autor do projeto, o problema “deveria ser encarado com muito mais objetividade e não ficar apenas na discussão étnica”.

Mais vagas para alunos de escolas públicas

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) também apresentou, no ano passado, projeto de lei (nº 61/03) que propõe cotas para estudantes de escolas públicas. A proposta foi aprovada no Senado e encaminhada no dia 16 de março para a Câmara dos Deputados. O parlamentar sustenta que esse mecanismo vai permitir que alunos egressos de escolas públicas “possam competir em condições de igualdade com aqueles que chegam de escolas privadas”.

Na opinião de Sérgio Cabral, o sistema de cotas faz parte de um contexto mais amplo envolvendo a “depuração do processo democrático”. Entre outros temas polêmicos, o senador cita os efeitos civis da união entre homossexuais e os limites éticos e jurídicos da

biotecnologia.

O presidente da Comissão de Educação, Osmar Dias (PDT-PR), elogiou o projeto de Sérgio Cabral e lembrou que, hoje, 80% das vagas oferecidas por instituições federais são ocupadas por alunos que cursaram escolas particulares. Com o sistema de cotas, segundo ele, “os filhos dos trabalhadores passarão também a ter acesso às universidades”.

Suplente na Comissão de Educação, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) também apóia o sistema e defende que “as universidades públicas precisam se abrir para aqueles que não tiveram oportunidade, até agora”. Ele concorda com a posição do ministro Tarso Genro, sobre a fixação de normas genéricas envolvendo cotas, para

que depois cada instituição possa deliberar sobre o índice adequado à região onde atua.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) também defende a adoção de uma política de criação de vagas nas universidades, públicas e particulares, para pessoas de baixa renda – que ele chama de “cota social”. Para o parlamentar, o critério seria a renda do aluno e não a raça.

Em relação às populações indígenas, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apresentou projeto de lei que reserva 5% de vagas nas universidades públicas aos índios.

Hoje, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o percentual de índios no ensino superior é de apenas 1%.

O que muda no ensino superior

Legislação – Em novembro, o MEC deverá encaminhar ao Congresso Nacional a Lei Orgânica do Ensino Superior, que definirá o papel das instituições de ensino, autonomia, financiamento, acesso e permanência nos cursos, avaliação, programas e conteúdos, gestão e estrutura.

Vagas nas instituições particulares – Medidas consideradas emergenciais serão aprovadas por medida provisória ou incorporadas à proposta que o MEC encaminhará ao Legislativo em novembro. É o caso do programa Universidade para Todos, que prevê a troca de isenções fiscais por vagas ociosas em universidades particulares. O programa deverá substituir aos poucos o Fundo de Financiamento ao Estudante (Fies).

Política de cotas – O governo desistiu de editar medida provisória para fixar cotas e encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei ainda em fase de estudo. Somente as instituições federais ficam incluí-

das no sistema de reserva de vagas.

Novos cursos – Está em estudo proposta que limita a autonomia das instituições de ensino para criar cursos de graduação. Caberá ao MEC definir os locais onde devem ser instalados novos cursos. As instituições interessadas passarão por seleção.

Fundo para universidades – Agrada ao MEC a idéia de um fundo de financiamento para as universidades públicas, com o objetivo de dar estabilidade e previsibilidade financeira às instituições, a exemplo do que já ocorre com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Avaliação – O sistema de avaliação de cursos superiores já foi aprovado no Senado, mas ainda será objeto de aperfeiçoamento. O próprio governo admite que o sistema que substituirá o Provão avança quando avalia alunos e professores, mas ainda dá margem a interpretações subjetivas.



Presença rara em universidades

Dados colhidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, confirmam que a presença de negros e índios nas instituições de ensino superior é muito pequena diante da demanda existente. Nas instituições públicas, 4,5% dos formandos de 2003 afirmaram-se negros. Esse índice nas instituições particulares foi de 3,1%.

A presença de índios entre alunos que concluíram o curso superior foi inferior a 1% em 2003. As instituições do Centro-Oeste registraram o maior índice de indígenas. História foi o curso com maior índice de alunos negros: 8,5%. Os menores indicadores foram encontrados nos cursos de Arquitetura e Medicina: apenas 1% dos formandos declararam-se negros.

Paim crê no acordo para votação da PEC paralela

Ministro da Casa Civil diz ao senador que governo quer decisão rápida sobre a emenda constitucional

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse na quarta-feira que está mais animado em relação à tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) paralela da Previdência, porque, na terça-feira, ouviu do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que o governo entende que o acordo firmado no Senado em torno da matéria tem que ser cumprido. Segundo Paim, o ministro já falou com o líder do PT na Câmara, professor Luizinho (SP), para que converse com o relator da PEC, deputado José Pimentel



Célio Azevedo

REAJUSTE Paim sugere comissão para definir proposta de aumento do salário mínimo

(PT-CE), a fim de que a matéria seja votada rapidamente.

Em relação ao salário mínimo, José Dirceu afirmou, conforme relato de Paim, que a decisão cabe ao presidente Lula. O ministro comprometeu-se, entretanto, a agendar uma reunião do presidente da Repúbli-

ca com parlamentares para tratar do assunto.

– O governo Lula deveria chegar pelo menos à faixa de 100 dólares no seu segundo ano. Daria em torno dos 300 reais.

O senador sugeriu a formação de uma comissão especial de deputados e senadores “para entabular uma discussão com o Executivo com o objetivo de construir uma proposta alternativa para o salário mínimo, apontando, inclusive, fontes de recursos”.

Sobre os salários do funcionalismo, Paim declarou que, nos últimos dez anos, o país acostumou-se a ver um reajuste de 1% para os servidores públicos.

– Vejo como positiva a iniciativa do ministro Guido Mantega, do Planejamento, de chamar os servidores para uma solução negociada.

Suassuna: medida eleva preço do gás

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que há cerca de dois meses alertou para os prejuízos que o Protocolo 33 iria causar ao seu estado, a Paraíba, e também para os estados do Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Acre e Amapá, e informou que tal receio agora está se confirmando.

Segundo ele, a medida, que altera o modelo de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos derivados do petróleo, vai causar a elevação de mais de R\$ 5, no preço do botijão de gás de cozinha (GLP) para a população paraibana.

– Isto pode parecer pouco, mas não é para um cidadão pobre e que vive com o salário mínimo, por exemplo.

Suassuna explicou que o Protocolo 33, assinado por 11 estados produtores no fim do ano passado, diferencia o GLP proveniente do petróleo – que segundo a Constituição deve ter seu ICMS cobrado no destino – daquele oriundo do gás natural, que passaria a ser cobrado na origem. Com a definição, os estados da Federação que importam o produto



José Cruz

Gás pode subir R\$ 5 na Paraíba, adverte Suassuna

acabarão pressionados a bitributar o gás e repassar o aumento.

Suassuna disse que tentou reverter a situação em visitas ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e ao Ministério da Fazenda. O senador con-

tou que existem caminhões abastecidos de gás parados na divisa da Paraíba com Pernambuco, à espera de uma definição.

Motta conclama governo a “ousar mais”

Argumentando que o brasileiro não agüenta mais esperar por emprego e salário, o senador João Batista Motta (PMDB-ES) conclamou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ousar mais em sua política econômica e reajustar o salário mínimo para R\$ 500.

– Vamos fazer uma aventura, vamos ousar, presidente Lula. Vamos ouvir os senadores que desejam que o trabalhador brasileiro tenha uma melhor condição de



Genildo Magalhães

Motta sugere valor de R\$ 500 para salário mínimo

vida – pediu ele.

Motta afirmou que, fixando o salário mínimo em R\$ 500, o governo não sofrerá perda de receita, argumentando que, na hora que o trabalhador receber esse salário, passará a consumir mais, aumentando a arrecadação de impostos.

– Vai comprar e vai pagar impostos porque esse é um percentual sobre o valor da sua compra. A arrecadação das prefeituras, dos estados e do

governo federal também vai aumentar. Porque o salário dos pobres vai no outro dia para os cofres dos supermercados e das lojas e volta como forma de tributo – frisou.

Motta disse que o Espírito Santo está sendo massacrado pela política econômica do governo. Ele pediu que o governo contenha o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, para que não criem parques irresponsavelmente. Solicitou ainda que o governo deixe a Aracruz Celulose continuar transportando eucalipto do estado da Bahia para o Espírito Santo.

Pavan cobra compromisso de duplicação da BR-101

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez apelo ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para que cumpra promessa do presidente Lula de duplicar a rodovia BR-101, que corta os estados do sul do país. De acordo com Pavan, 25 prefeituras de Santa Catarina estão se mobilizando para paralisar a rodovia por um dia.

– Sabe o que é paralisar uma rodovia por onde passam 25 mil veículos por dia e por onde se escoam toda a nossa produção? O prejuízo será enorme e cada dia representará mais gastos para a obra de duplicação – argumentou.



José Cruz

Pavan apela ao ministro dos Transportes

Pavan informou que vereadores de vários municípios estiveram em Brasília para levar diretamente ao ministro dos Transportes a reivindicação. Segundo o senador, esses vereadores e centenas de outras pessoas promoveram, durante 24 dias, uma caminhada na BR-101.

– Eles se mobilizaram para pedir a Lula que comece a trabalhar e pare de pôr a culpa na herança maldita – afirmou.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) ressaltou que também está se empenhando para que seja cumprido o compromisso assumido pelo governo.

Acidente de trânsito mata mais do que câncer, afirma Augusto

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) destacou o transcurso do Dia Mundial da Saúde, comemorado na quarta-feira, dia 7 de abril. Ele registrou que este ano a data é dedicada ao trânsito, que tem matado mais do que o câncer. O senador sugere medidas para educar e sensibilizar os motoristas.

– Esperamos que tanto o governo quanto a sociedade civil desenvolvam ações que promovam uma reflexão e adotem medidas que possam reduzir essa “epidemia”. É preciso conciliar um maior rigor na fiscalização do trânsito com apelo ao motorista. Dirigir com respon-



José Cruz

Augusto Botelho destaca o Dia Mundial da Saúde

sabilidade é garantir ao semelhante mais qualidade de vida.

Com base em estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), Augusto apontou que, anualmente, 1,2 milhão de pessoas morrem vítimas de acidentes de trânsito no mundo, 30 mil delas no

Brasil, o que transforma o trânsito na maior causa de mortes violentas.

Os homens somam 82% das vítimas, e os motoristas jovens, entre 20 e 39 anos, 44% dos mortos no trânsito. Augusto ressaltou que o uso de bebidas alcoólicas e a alta velocidade são as principais causas dos acidentes.

Heloísa Helena diz que Semana Santa inspira a luta dos oprimidos

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) ocupou a tribuna na quarta-feira para conclamar a todos os brasileiros a refletirem sobre a importância da Semana Santa, porque, segundo ela, mostra como Jesus Cristo combateu a hipocrisia e o falso moralismo em defesa dos fracos.

Para a senadora, a celebração da Semana Santa é muito importante não somente para os cristãos, mas para toda a Humanidade, já que serve para fortalecer o sentimento de esperança, de solidariedade e de libertação. De acordo com ela, é ne-



José Cruz

Heloísa Helena critica ex-colegas de partido

cessário que todos os homens interpretem a história de Deus e do Evangelho, já que, observou, representam uma história de luta contra os opressores.

Heloísa, que disse ser “uma cristã trotskista, com muita fé”, revelou que de um ano para cá, desde que foi expulsa do PT, teve a oportunidade de aprender muito sobre o comportamento do ser humano. Foi nesse período, que soube como eram “hipócritas” muitos de seus colegas de partido, que chegaram a mudar a sua ideologia política.

José Cruz



DISPOSIÇÃO Para Serys, os sem-terra são pessoas com vocação para o trabalho no campo

Serys quer mais agilidade no assentamento de agricultores

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) defendeu a realização imediata da reforma agrária no Brasil. Na opinião da senadora, é preciso fazer avançar o processo e não se perder mais tempo com discussões sobre a existência ou não de vocação para se trabalhar a terra.

– O problema é que nunca se fez a reforma agrária e ainda agora está sendo feita de forma extremamente lenta. Nós temos que fazer avançar o processo. Não podemos ficar discutindo as ocupações, porque os sem-terra são pessoas com vocação para a agricultura, em especial os que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – argumentou a senadora.

Na opinião de Serys, a concentração da posse da terra, que se originou no descobrimento do Brasil e continuou ao longo da história do país, é a verdadeira origem do problema, e não a suposta falta de vocação dos que estão reivindicando a reforma agrária. Para ela, não há falta de vocação, mas sim de terra, e é por isso que muitos brasileiros continuam ainda como empregados nas fazendas, muitas vezes na situação de trabalho escravo ou semi-escravo.

No mesmo discurso, Serys defendeu pontos polêmicos da reforma do Judiciário, cuja votação foi concluída na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e vai agora a Plenário. Para ela, o controle externo e o fim do nepotismo (proibição para nomeação de parentes) são avanços importantes. A senadora também apóia a proibição de nomeação de parentes nos outros Poderes.

Alvaro pede paz no campo para êxito do agronegócio

■ Conforme o senador, insegurança semeada pelo MST pode impedir que o setor continue a crescer

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), reivindicou paz no campo para que o empresário rural possa trabalhar, produzir e exportar. Segundo ele, sem a contribuição do agronegócio, a situação econômica e social do Brasil seria ainda pior.

O senador protestou contra a tentativa do governo Lula de atribuir a si conquistas da produção rural e exportação, afirmando que elas refletem inves-



REFORMA AGRÁRIA Alvaro Dias afirma que falta competência gerencial ao governo Lula

timentos feitos no passado e a competência dos empresários rurais. “Basta que o governo não atrapalhe”, é o que se diz nas empresas rurais, revelou.

Ele lembrou que cerca de 42% das exportações do país em 2003

foram provenientes da agricultura, pecuária e produtos agroindustriais, mas advertiu que a situação de insegurança semeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pode inviabilizar o setor.

Alvaro Dias lembrou que o governo já anunciou recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão para ações de reforma agrária. No entanto, ele observou que a competência gerencial não tem sido a marca deste governo.

Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou o presidente Lula por “criar expectativas impossíveis de serem concretizadas”. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o líder do MST, João Pedro Stédile, garantiu, em depoimento à CPI da Terra, que o movimento é pacífico.

Governo fará a reforma agrária, afirma Saturnino

O governo já tomou a decisão de realizar o processo de desapropriação de terras para a reforma agrária, que terá uma velocidade como nunca houve em toda a história do Brasil, informou o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Falando em nome da liderança do PT, Saturnino salientou que a realização da reforma agrária “é um compromisso” do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele reconheceu, entretanto, atraso no

cumprimento das metas traçadas em virtude de restrições fiscal e orçamentária, “em razão da herança que o atual governo recebeu da administração de Fernando Henrique”.

– Mesmo assim, o compromisso de realizar a tão esperada reforma agrária está reafirmado pelo governo federal – acrescentou Saturnino, ao aplaudir a decisão de iniciar o processo, que, observou, foi sempre postergado ao longo dos séculos.

Sobre as ações do MST, o senador



AMPLIAÇÃO Saturnino prevê mais velocidade no processo de assentamento de agricultores

reconheceu a existência de um “sentimento nacional” contrário às sucessivas invasões, o que vem sendo explorado pela oposição.

César Borges condena invasões

Falando em nome do PFL, o senador César Borges (BA) disse que a sociedade está intranquila diante das recentes ameaças feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de que seriam intensificadas as invasões no campo. O senador se referia ao denominado “abril vermelho”, ações anunciadas pelo líder do MST, João Pedro Stédile.

O parlamentar ressaltou que as invasões têm causado perdas inestimáveis ao setor de agronegócios e colocam em evidência a falta de ação governamental para promoção da reforma agrária.



CRÍTICA Governo demonstra complacência com ações do MST, diz César Borges

– O pior de tudo é que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e o

governo parecem demonstrar complacência com esse tipo de ação, já que não existe investimento no setor agropecuário e em programas de assentamento capazes de evitar a situação – criticou César Borges. Ele observou que, apesar de o governo anunciar a ampliação dos valores destinados aos assentamentos, não aumentou o número de assentados. “Tem alguém enganando alguém.”

César Borges chamou a atenção também para o fato de que várias áreas que estão sendo invadidas, ao contrário do que o MST e o governo anunciaram, não são improdutivas.

Lúcia Vânia vê improviso nos programas sociais

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) voltou a condenar a ausência de programas sociais consistentes por parte do governo federal, destinados a melhorar a condição de vida de milhões de brasileiros. Para ela, o que se vê “é um improviso atrás do outro e muita propaganda com o objetivo de vender ilusões”.

Como exemplo, Lúcia Vânia citou propaganda do Ministério da Saúde que anuncia a distribuição de 1.480 ambulâncias ao Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (Samu).

– Tudo leva a crer que será um novo surto de propaganda enganosa, que já obrigou o governo a tirar do ar o comercial sobre o Pronaf – afirmou ela.

Mão Santa sugere a Lula que realize mais obras

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula que realize obras e advertiu-o de que “queda de popularidade não é como caminhão, bicicleta ou carro: não tem freio”.

– Seguimos Cristo porque ele fez obras, não foram só palavras. Presidente: trabalhe, faça obras.

Vossa Excelência não fez uma sala de aula, ainda. Caiu sua popularidade – alertou.

Para Mão Santa, falta sensibilidade ao presidente Lula.

– Nosso povo está sem trabalho, está com fome, e Lula está engordando.

O senador acrescentou que a criação da CPI dos Bingos seria uma oportunidade para “deixar as coisas claras”.



Lúcia Vânia critica propagandas para “vender ilusões”



Mão Santa: “Queda de popularidade não tem freio”

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Augusto Botelho e Mão Santa

Telefones de interesse do cidadão

A pedido dos leitores, o **Especial Cidadania** de hoje traz uma relação de números de telefones importantes. As ligações podem ser feitas de qualquer lugar do país, gratuitamente.

Centrais 0800 para informações, denúncias, reclamações e sugestões

LEGISLATIVO

Senado Federal – Serviço 0800 – A Voz do Cidadão – 0800 61 2211
Para comentários, críticas e sugestões ao Senado e aos senadores. Atendimento 24 horas.

Câmara dos Deputados – Disque Câmara – 0800 619 619
Para reclamações, sugestões, denúncias ou propostas aos deputados, comissões parlamentares e aos diversos departamentos da Câmara.

EXECUTIVO

Programa Fome Zero – 0800 707 2003 – Horário: 8h às 20h, segunda a sexta-feira.
Contribuições para o programa Fome Zero e apoio aos atingidos pelas enchentes.

Ministério da Educação – Fala Brasil – 0800 616161
Informações sobre bolsa-escola, bolsa-família, repasse de fundos etc. Central 24 horas.

Ministério do Meio Ambiente – Linha Verde do Ibama – 0800 618080
Denúncias de agressões ao meio ambiente. Horário: 8h às 19h, segunda a sexta-feira.

Ministério da Previdência Social – PrevFone – 0800 780191
Benefícios, inscrições, contribuições, certidão negativa de débitos com o INSS.
Horário: 7h às 19h, segunda a sexta-feira.

Ministério da Agricultura – Central de atendimento ao agricultor – 0800 61 1995
Horário: 8h às 18h, segunda a sexta-feira.

Ministério do Trabalho e Emprego – Alô Trabalho – 0800 610101/ 0800 2850101
Horário: 8h às 17h, segunda a sexta-feira.

Secretaria Especial de Direitos Humanos – 0800 990500 – Horário: 8h às 18h, segunda a sexta-feira. Denúncias sobre violência sexual contra a criança e o adolescente.

Ministério da Saúde – Disque Saúde – 0800 611997
Horário: 8h às 18h, segunda a sexta-feira.

Disque Transplantes – 0800 8832323 – Informações sobre transplante de órgãos.
Horário: 8h às 18h, segunda a sexta-feira.

Ministério de Minas e Energia – Disque Luz no Campo – 0800 560506
Horário: 8h às 17h, segunda a sexta-feira.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Disque Saúde Mulher – 0800 6440803
Horário: 8h às 18h, segunda a sexta-feira.

Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)
Ouvidoria do órgão – 0800 6115 35 – Horário: 8h às 12h e 14h às 18h, segunda a sexta-feira.

Agência Nacional de Saúde (ANS) – 0800 7019656
Informações e reclamações sobre planos de saúde. Horário: 8h às 20h, segunda a sexta-feira.

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – 0800 332001
Reclamações sobre problemas com as operadoras de telefonia. Central 24 horas.

Agência Nacional do Petróleo (ANP) – 0800 900267
Denúncias contra postos de combustíveis e revendedoras de gás e informações sobre petróleo e seus derivados. Horário: 8h às 18h, segunda a sexta-feira.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – 0800 6440644
Informações sobre preço máximo que pode ter o remédio, sobre genéricos e reclamações sobre medicamentos. Horário: 8h às 18h, segunda à sexta.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) – 0800 6445001
Horário: 8h às 12h e 14h às 18h, segunda a sexta-feira.

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – 0800 727 2011
Ligações telefônicas para pedidos de informação, sugestões e reclamações.
Horário: 8h às 12h e 14h às 18h, segunda a sexta-feira.

Receita Federal – 0300 78 0300
Informações sobre imposto de renda, cadastro de CPF, certidões negativas etc.
Custo da ligação: R\$ 0,27 mais valor do serviço. Central 24 horas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 0800 218181
Horário: 8h às 17h, segunda a sexta-feira.

Banco Central – 0800 992345 – Horário de atendimento: 9h às 16h.

Correios – 0800 570 0100 – Central 24 horas.
Para telegramas, sedex, dúvidas sobre rastreamento, busca de CEP, compras via CorreiosOnline, concursos dos Correios, entre outras informações.

BANCOS

Banco do Brasil – 0800 78 5678 – Central 24 horas.

Caixa Econômica Federal – 0800 574 0101 – Horário: 7h às 20h, segunda a sexta-feira.

Central de Relacionamento da Caixa Seguros – 0800 7024000
Horário: 8h às 19h, segunda a sexta-feira.

OUTROS

Centros de intoxicações – 0800 780 200; 0800 410148; 0800 148110; 0800 2844343; 0800 6435252; 0800 771 3733. Centrais regionais para informações sobre intoxicações com plantas, animais, remédios ou produtos.

Saiba a diferença entre os prefixos 0300, 0500, 0800 e 0900

0300 – Criado pela Norma 6/99, tem tarifa única nacional, ou seja, independentemente da hora da ligação, local ou destino, o preço pago por minuto é o mesmo para todo o país. A entidade detentora do 0300 (por exemplo, a Receita Federal e outras) não recebe nenhuma parte do dinheiro pago pela ligação. Esse dinheiro visa apenas pagar a prestadora do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). A divulgação dos valores deve ser feita amplamente, para que o usuário saiba quanto vai pagar pela ligação. A Anatel suspendeu a liberação de novos números com esse prefixo.

0500 – Destina-se ao registro de intenção de doação a instituições de utilidade pública (por exemplo, Unicef/Criança Esperança). O valor da ligação já foi estabelecido pela Anatel: R\$ 0,27 o minuto para chamadas originadas do STFC e R\$ 0,51 para chamadas originadas de celular. Os valores poderão ser revistos pela agência a qualquer momento. Os valores referentes às ligações deverão ser obrigatoriamente pagos pelo assinante independentemente do valor do registro de intenção ou do pagamento da doação, que po-

derão ser relacionados no mesmo documento de cobrança. O prefixo foi criado pela Resolução 264/01.

0800 – Regido pela Norma 4/94, é anterior à criação da Anatel. A norma estabelece os critérios para a chamada franqueada do serviço telefônico público. Quem paga pela chamada é quem a recebe. Também é um código não-geográfico e em cuja tarifação aplicam-se os degraus tarifários de acordo com a distância da chamada.

0900 – Definido pela Norma 4/97, o prefixo refere-se ao Serviço de Valor Adicionado (SVA). Nesse caso, o usuário paga pelo serviço de telecomunicação, chamada local ou interurbana originada do STFC ou de celular e ainda pelo serviço oferecido, como, por exemplo, disque-amizade. Caso o usuário não pague pelo serviço, ele não pode ter a linha cancelada ou bloqueada por conta do não pagamento. É a provedora que presta o SVA, e não a prestadora do STFC, que poderá cobrar judicialmente pelo serviço, caso o usuário que fez a ligação se recuse a pagar a conta.

Telefones de utilidade pública

Os números de telefones dos serviços públicos de emergência e serviços de utilidade pública, como o 190, da Polícia Militar, serão os mesmos em qualquer lugar do país, todos com três dígitos.

A norma foi estabelecida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para facilitar a memorização por parte de toda a população.

Ao todo, o regulamento definiu 34 números de três dígitos para os diversos serviços, sendo que 12 são para os serviços públicos de emergência; 20 para os demais serviços de utilidade pública; e dois para os serviços de apoio ao STFC (vide tabela abaixo). Nem todas as chamadas serão gratuitas. As empresas de telefonia têm um prazo de 90 dias para padronizar o serviço.

A relação dos códigos de acesso a serviços de utilidade pública e de apoio ao STFC:

Secretaria dos Direitos Humanos -----	100	Serviços da prestadora de energia elétrica	116
Serviços de emergência no âmbito do Mercosul -----	128	Serviços de transporte público -----	118
Delegacias especializadas de atendimento à mulher -----	180	Governo federal -----	138
Disque-denúncia -----	181	Justiça Eleitoral -----	148
Polícia Militar -----	190	Vigilância sanitária -----	150
Polícia Rodoviária Federal -----	191	Procon -----	151
Serviço público de remoção de doentes (ambulância) -----	192	Ibama -----	152
Corpo de Bombeiros -----	193	Guarda municipal -----	153
Polícia Federal -----	194	Detran -----	154
Polícia Civil -----	197	Serviço estadual -----	155
Polícia Rodoviária Estadual -----	198	Serviço municipal -----	156
Defesa Civil -----	199	Informações sobre oferta de emprego (Sine)	157
Serviços ofertados por prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) --	103	Delegacias regionais do Trabalho -----	158
Serviços ofertados por prestadoras de serviços móveis de interesse coletivo -----	105	Atendimento a denúncias por órgãos da administração pública -----	161
Serviços ofertados por prestadoras de serviços de comunicação eletrônica de massa	106	Assistência a dependentes de agentes químicos	132
Serviços da prestadora de água e esgoto --	115	Centro de Valorização da Vida (CVV) -----	141
		Serviço de informação de código de acesso de assinante -----	102
		Centro de atendimento para a intermediação da comunicação para portadores de necessidades especiais -----	142

O **Especial Cidadania** é produzido por Treici Schwengber